

Revista Eletrônica

Ano I – Número 4 – Jun./Jul. 2011



Reportagem

Estudantes aprendem sobre cidadania com a Justiça Eleitoral

Reforma política – representantes e representados pág. 15

Entenda a proposta de divisão do Estado do Pará pág. 18

O sistema eleitoral do Timor Leste pág. 21



TRIBUNAL
SUPERIOR
ELEITORAL

Estudantes aprendem sobre cidadania com a Justiça Eleitoral

Cecília Malheiros

Alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal estão tendo a oportunidade de aprender mais sobre o processo eleitoral brasileiro com a própria Justiça Eleitoral. Desde maio, um projeto desenvolvido em parceria pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Governo do Distrito Federal (GDF) leva aos estudantes conceitos de cidadania, direitos humanos e democracia ao falar de eleições.

O ministro Henrique Neves, do TSE, viveu de perto a experiência ao falar para cerca de 200 jovens de 15 a 18 anos, estudantes da Escola Classe 11 da Ceilândia. Na opinião do ministro, a iniciativa é fundamental para permitir que os jovens tenham acesso ao que é o mundo político, o que são as eleições, pois serve como um elemento para que eles possam exercer a sua cidadania. “Cidadania pressupõe direitos e responsabilidades”, disse o ministro, salientando que o voto é um desses direitos.

Durante quase uma hora, o ministro Henrique Neves falou sobre democracia e deu destaque para a importância da participação dos jovens no processo eleitoral e a relevância da escolha consciente do voto. De acordo com o ministro, o objetivo é “levar a noção do alistamento e a importância de participar do processo eleitoral para que exerçam efetivamente a cidadania”.

Nascimento do projeto

O primeiro contato do TSE com os alunos foi durante as eleições de 2010, quando grupos

de estudantes visitaram a Corte para conhecer o Espaço da Urna. Lá, eles foram apresentados às urnas de madeira, de metal e de lona e também à urna eletrônica utilizada atualmente, tomando, assim, consciência da evolução do processo eleitoral ao longo do tempo. Além disso, o espaço mostrou documentos como títulos de eleitor de diversas épocas, cédulas eleitorais, diplomas concedidos aos candidatos eleitos, dentre outros.

De acordo com a diretora geral do TSE, Patrícia Landi, a partir desse contato surgiu a vontade de levar aos estudantes mais informações sobre as eleições e divulgar o trabalho do TSE.

Foi então que, por iniciativa do TSE, um convênio com o GDF foi firmado para permitir a ida da Justiça Eleitoral às escolas. Com isso, foi definido um cronograma de 314 palestras a serem apresentadas em todas as escolas da região.

Essa logística de ir até os alunos tornou-se mais prática e viável do que trazê-los até a sede do tribunal para colocá-los mais próximos do processo eleitoral. Isso porque, indo até as escolas, um número maior de alunos pode ser beneficiado.

Dessa forma, um esquema foi preparado para que um grupo de servidores do TSE se reunisse com os estudantes para falar sobre temas como importância do voto, escolha de candidatos, propaganda eleitoral, número de eleitores jovens, entre outros temas.

14 palestras em um dia

A primeira experiência dos servidores do TSE com os estudantes ocorreu numa segunda-feira de maio. Ao mesmo tempo em que a palestra do ministro Henrique Neves ocorria na escola da Ceilândia, outras 13 escolas recebiam servidores em seus auditórios cheios de alunos que esperavam pela conversa.

Para colaborar com o projeto, 43 servidores do TSE já estão inscritos como voluntários para doar seu tempo nas palestras em horário diferente do trabalho. Entre eles, o servidor da Diretoria Geral do TSE, Thiago Kanashiro, que já apresentou 12 palestras para diferentes turmas e afirma que está se “divertindo” com a experiência.

Thiago destaca que o processo eleitoral brasileiro é muito seguro, eficaz, confiável, mas é preciso pensar como o eleitor chega à urna. “De que adianta ter tudo isso se o eleitor não chega à urna preparado?”, questiona ao concluir que é exatamente isso que o projeto faz. “Formar essa consciência nos nossos futuros eleitores”, diz.

Retorno

A diretora geral Patrícia Landi conta que a recepção dos alunos em relação ao tema foi surpreendente e que os servidores também demonstram bastante empolgação com a experiência.

“O que nós sentimos da equipe é que eles retornam com uma satisfação absurda ao perceber como é importante levar à sociedade o que o TSE faz, como é importante contar para as pessoas que a urna é feita no Brasil, que o *software* é desenvolvido pelos servidores do TSE, que existe, sim, uma segurança na hora de votar”, diz.

Em uma das palestras que conduziu, Patrícia disse que ficou impressionada, principalmente, com os alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) porque, segundo ela, é um público muito maduro, são pessoas que retornaram ao ensino agora, então eles têm uma outra perspectiva e, inclusive, um certo desânimo ao ouvir falar qualquer coisa relacionada à política. “Trabalhar com esse público e ser bem recebido é impressionante”, afirmou.

Ditadura militar

Quem também está bastante empolgada com o projeto é Cecília Bugarin, chefe da Seção de Legislação do TSE. Já em sua terceira palestra, ela se deparou com um pátio com mais de 200 alunos, bem mais do que os cerca de 40 para quem falou nas duas experiências anteriores.

Cecília encontrou um ótimo ponto de partida para prender a atenção dos adolescentes com quem se reuniu. Ela falou de suas experiências pessoais durante o período em que o Brasil viveu sob o regime da ditadura militar.

“Contei como era o Brasil na minha época de estudante. Disse que naquele tempo não havia democracia, que vivíamos sob uma ditadura militar, que não podíamos expressar nossas ideias, que participar de movimentos estudantis era coisa perigosa e que os nossos pais temiam muito. Aproveitei a oportunidade para falar da importância e do valor do voto. Disse a eles que o voto é um instrumento muito poderoso, pois com ele nós podemos mudar o destino do nosso país sem guerras, sem derramar uma só gota de sangue e isso se resume na definição de democracia. Enquanto falava do passado, senti que os olhinhos deles permaneciam atentos”, revela.

A servidora contou aos alunos que, quando tinha a idade deles, não podia ler os livros que queria, não podia participar de grêmios estudantis, pois quem participava de movimentos desse tipo era considerado subversivo e podia até mesmo sofrer torturas.

Nesse contexto, Cecília mostrou aos estudantes que o direito ao voto exercido hoje foi conquistado com muita luta. “Então, quando a gente tem que ir votar em um domingo e ficar na fila, eu me lembro da época em que não podia votar, não podia escolher meus candidatos, não podia mudar o meu país e isso me deixava muito triste. Por isso levanto com muita satisfação e vou lá votar cedinho”, encoraja.

Para mostrar a evolução desse processo até os dias atuais, ela também explicou que antes a mulher não podia votar e que hoje nós temos a primeira mulher presidenta da República. Falou ainda sobre o voto eletrônico no Brasil e que a apuração ocorre rapidamente, possibilitando aos eleitores conhecer os eleitos no mesmo dia da votação. Ela contou a eles que o Brasil empresta a tecnologia para outros países e que muitos já vieram aqui só para conhecer a urna eletrônica.

Para a servidora, a ideia do projeto foi fantástica, pois é um meio de preparar os futuros eleitores. “Acho que o projeto foi de uma luz maravilhosa. É jogar a sementinha no lugar certo”, afirmou.

Presente

O servidor Pedro Rosa, que trabalha no gabinete da ministra Nancy Andrighi, afirma que fazer a palestra para os adolescentes foi para ele “um presente” e defende que o projeto seja ampliado para todo o Brasil.

Pedro disse que já na primeira palestra ficou impressionado com a estrutura da escola, com

o preparo dos professores e com “o espírito crítico dos alunos”, que, segundo ele, são muito interessados.

Logo de início, ele foi surpreendido com a pergunta de uma garota que, depois de conversar com seu pai, ficou intrigada: “se a gente vive em uma democracia, por que o voto é obrigatório?”

O palestrante explicou, em linguagem mais simples possível, que o voto representa uma conquista e que a Constituição Federal de 1988 veio garantir esse exercício não só como um direito, mas também como um dever de escolher seus representantes.

Em outro momento inusitado, Pedro levantou uma questão sobre quanto custa o voto de cada eleitor, mas no sentido de custo financeiro para a Justiça Eleitoral. Todos se apressaram a responder que “o voto não custa nada porque não pode ser vendido”.

“Eu certamente ganhei muito mais do que eles. A troca de conhecimento e o espírito de contestação me deram uma revigorada. A gente vai com uma proposta de levar conceitos básicos, mas eles vêm com uma sede de conhecimentos e com uma capacidade crítica tão grande que eu fiquei muito feliz. Fiquei convencido de que tem como melhorar e tem como evoluir ao ver crianças que ainda não têm idade para votar, mas podem influenciar os pais”, acredita.

Pedro encara o projeto como uma realização pessoal, pois tinha o sonho de fazer algo parecido desde quando trabalhou em cartório eleitoral da região de Diamantina, Minas Gerais. Naquelas circunstâncias, era inviável porque eram pouquíssimos servidores para cuidar de nove municípios. Mas chegou a trabalhar no Programa de Atendimento Interativo

On-Line (PAIOL), desenvolvido pelo cartório em que trabalhava e que levava o computador da Justiça Eleitoral às zonas rurais e a comunidades quilombolas para que eles pudessem fazer o título de eleitor.

“É tão gratificante porque você leva cidadania para as pessoas, literalmente, você está levando o título de eleitor, é a cidadania se materializando”, diz.

Próximas fases

Para a segunda fase do projeto, está prevista a preparação dos professores para que

eles sejam multiplicadores dos conhecimentos sobre a Justiça Eleitoral e levem aos seus alunos esses conhecimentos. Nesse sentido, a Escola Judiciária Eleitoral deve oferecer cursos para preparar os educadores.

Além disso, numa terceira fase do projeto, o museu da futura sede do TSE deverá receber os alunos, e esse novo espaço permitirá visitas de um número maior de estudantes para que possam ver de perto o importante trabalho da Justiça Eleitoral e debater o processo democrático que rege o Brasil.